

**00965-2006-139-03-00-7 RO**

**Data de Publicação:** 17-05-2007

**Órgão Julgador:** Sexta Turma

**Tema:** CONSELHO REGIONAL - ADMISSÃO DE PESSOAL

**Relator:** Convocado João Bosco Pinto Lara

**Revisor:** Ricardo Antônio Mohallem

**EMENTA:** AÇÃO CIVIL PÚBLICA. CONSELHO REGIONAL DE FISCALIZAÇÃO PROFISSIONAL.

CONTRATAÇÃO DE EMPREGADOS. DÚVIDA SOBRE A OBRIGATORIEDADE DO CONCURSO

PÚBLICO. NECESSIDADE DE PRONUNCIAMENTO DO STF. FUNCIONÁRIOS CONTRATADOS NO

PERÍODO DA INCERTEZA INSTITUCIONAL. EXCEPCIONALIDADE. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA

SEGURANÇA JURÍDICA E POSTULADOS DA JUSTIÇA SOCIAL. Em havendo acesa controvérsia

acerca da obrigatoriedade ou não para os conselhos federais e regionais de normatização e fiscalização

das diversas profissões regulamentadas por lei se submeterem à regra constitucional da prévia

submissão a concurso público, já que coexistem normas jurídicas dando tratamento díspares sobre

diversas situações administrativas enfrentadas por tais órgãos, cuja solução somente veio após longo

período de tempo, em acórdão proferido pela Excelso Supremo Tribunal Federal, o rigor na exigência

de dispensa dos empregados admitidos sem a observância da regra constitucional malferre o

princípio da segurança jurídica e os postulados da justiça social, diante da excepcionalidade das

circunstâncias envolvidas no caso, tal como reconhecido pelo Tribunal de Contas da União.